

“A Ficha Limpa é um patrimônio”

Para o advogado do MCCE, mudanças promovidas pelo Congresso levarão candidaturas, como a de Arruda, à instabilidade

» IAGO MAC CORD*

A Lei da Ficha Limpa sofreu um duro golpe com as recentes modificações aprovadas pelo Congresso — uma das quais é o limite de 12 anos para a inelegibilidade —, consideradas um “retrocesso democrático” e que beneficia políticos nela enquadrados. Por isso, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral foi ao Supremo Tribunal Federal para que a lei não seja desvirtuada. Em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília —, o advogado e diretor do MCCE, Melillo Dinis, detalhou aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza os argumentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF contra as alterações na lei. Ele advertiu, ainda, para o risco de instabilidade nas eleições de 2026. Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

Houve essa controversa atualização da Lei da Ficha Limpa. Como o MCCE enxerga isso e o que pretende fazer?

Se tem uma lei que quase sempre está submetida a ataques, é a Lei da Ficha Limpa. Não é a primeira vez. Lembro de pelo menos três ações no Supremo Tribunal Federal e todas concordaram que a lei era constitucional. A nova lei foi aprovada na Câmara dos Deputados, foi para o Senado, houve o seu envio para o presidente da República, houve vetos e a sanção de quase tudo. Desde que tomamos conhecimento disso, estamos na fase da mobilização.

Qual é o ponto mais problemático dessa mudança?

Primeiro que se tenta limitar no tempo a distância que fica da política quem é ficha suja — limitou-se a 12 anos. Essa limitação existia noutro formato. Só passava a valer o tempo de distância da política ou de impossibilidade e afastamento de participar após o trânsito em julgado. Mudou-se para a decisão de condenação de segundo grau. Como grande parte da elite política não está contente com o isolamento, tenta jogar mudando a lei.

Qual é o questionamento que vocês fazem do ponto de vista do conteúdo?

Como há um retrocesso democrático, viola-se a probidade e a moralidade administrativa. Seria inconstitucional porque a

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



democracia brasileira já combinou que esse tema da ética na política é relevante.

A Lei da Ficha Limpa tem sofrido recorrentes ataques, não por acaso às vésperas da eleição...

Ela sempre foi objeto de ataques de quem é ficha suja. Ela é um patrimônio do povo brasileiro. Claro que não consegue coibir todos os problemas da política, mas ajuda bastante. Virou uma forma de se referir aos políticos e, em vários cenários, às pessoas. Tal pessoa é ficha limpa, tal pessoa é ficha suja. Virou parte do caldo cultural da política brasileira.

A autora do projeto, a (deputada) Dani Cunha (União-RJ), é filha do ex-deputado Eduardo Cunha, que perdeu o mandato e está inelegível. É uma sinalização?

Isso. Queria registrar que isso é a demonstração de dois fenômenos muito típicos da política brasileira: o patriarcado, o fenômeno dessas famílias que se reproduzem na política, e o patrimonialismo, que é o resultado pelo qual Eduardo Cunha está cassado e, portanto, tenta estar presente na política.

A legislação eleitoral tem um prazo máximo para ocorrer. Isso vai interferir na eleição no ano que vem?

A sanção presidencial foi antes do prazo, que é 4 de outubro, data das eleições de 2026. A gente aposta muito na avaliação do Supremo, que sempre foi uma instituição que defendeu a Lei da Ficha Limpa. Não tenho dúvida que vai deixar uma instabilidade. Muita gente que é ficha suja ou considerada ficha suja e vai disputar as eleições. O candidato que é ficha suja, que deseja competir em 2026, vai ter dois trabalhos: ganhar votos e não perder na Justiça Eleitoral.

Qual sua avaliação sobre a situação da candidatura do ex-governador José Roberto Arruda?

Arruda tem uma quantidade enorme de questões que não são conexas, não são fatos idênticos. Ele tem um conjunto de ações que se colocaram como impeditivos para realizar a sua inelegibilidade de acordo com a Lei da Ficha Limpa. Na minha avaliação, ele não está elegível, mesmo que haja a modificação feita na Lei da Ficha Limpa.



Não tenho dúvida de que o Ministério Público Eleitoral, sempre combativo, fará contestação dessas candidaturas (fichas sujas). Não tenho dúvida de que os partidos e os opositores também farão. Não tenho dúvida de que a sociedade civil também fará. Esses candidatos serão submetidos a uma saraivada de processos”

que querem virar fichas limpas?

Vamos explicar isso para a sociedade, para o eleitor e contar com a colaboração da imprensa para dizer quais são os candidatos que eram ficha suja e, com a mudança, vão poder concorrer.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

FRAUDES DO INSS

Frei Chico: CPMI é palco político

» ALÍCIA BERNARDES

O irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), José Ferreira da Silva, divulgou ontem uma nota em que afirma ser vítima de “acusações falsas e ofensivas” e de um “julgamento antecipado”, antes mesmo de os fatos serem apurados. Conhecido como Frei Chico, ele criticou a atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que, segundo ele, tem sido usada como “palco político”.

“Não temo investigação, mas o que ocorre hoje é um julgamento antecipado, antes mesmo de os fatos serem apurados. É lamentável que parte da CPMI do INSS use esse processo como palco político, em vez de buscar a verdade”, criticou. Frei Chico não é alvo das investigações da Polícia Federal (PF).

Na nota, ele informa que a Justiça de São Paulo concedeu uma tutela de urgência a seu favor contra as publicações que, segundo ele, têm caráter difamatório. “O Tribunal de Justiça de São Paulo, por decisão da juíza Ana Luíza Madeiro Cruz Eserian, acatou meu pedido de tutela de urgência contra as acusações falsas e ofensivas que

EFE / Sebastião Moreira



Irmão de Lula não é investigado pelas irregularidades na Previdência

venho sofrendo nas redes sociais”, explicou. Ele disse manter “compromisso com a verdade, a justiça e o devido processo legal”.

O Sindnapi é investigada por suspeita de envolvimento em um esquema de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas. De acordo com dados apresentados à CPMI, o volume de recursos movimentados pela entidade aumentou mais de 500%,

entre 2020 e 2024, período em que também cresceram as denúncias de cobranças não autorizadas.

Na quinta-feira, a CPMI rejeitou, por 19 x 11, requerimento de convocação para que o irmão de Lula fosse ouvido pelo colegiado. O pedido foi apresentado por parlamentares bolsonaristas, a pretexto de ouvir dirigentes de entidades investigadas por fraudes contra aposentados e pensionistas.

MANHATTAN SHOPPING

É CHIQUE. É CHARME. É SEU.

BELEZA & BEM-ESTAR

Inauguração
1º de novembro | 10 horas

ADCOS

AMERICANetwS

BIOFIT

Bio Mundo

LIVRARIA DA VILA

LIVE!

LUPO

L'Occitane

natura

smart fit

SHOPPING dos COSMÉTICOS

UNIQUE SALON & BOUTIQUE

Shoppings Paul Octavio

MANHATTAN SHOPPING